



diálogo empresarial das américas

Do Diálogo à Ação Recomendações de Políticas e Propostas de Parcerias Público-Privadas

Facilitado pelo



ÍNDICE

Mensagens-chave	03
Resumo de recomendações.....	04
Contexto	06
Constituição e processo	19
Anexos.....	20

Mensagens-chave do Diálogo Empresarial das Américas aos Líderes na VII Cúpula das Américas

Em resposta à I Cúpula Empresarial das Américas, em 2012, líderes empresariais de todo o continente americano se reuniram em torno de um conjunto de recomendações de políticas que, se implementadas de maneira coordenada, levarão a um crescimento econômico sustentado na região. Esse esforço se torna ainda mais urgente se considerarmos a desaceleração da economia mundial e as expectativas de uma classe média em ascensão. Acreditamos que a solução para a prosperidade autossustentável no continente americano é o crescimento enraizado no aumento da produtividade, que por sua vez requer investimento em educação, inovação e infraestrutura. Obviamente, governos e empresas já estão investindo em todas essas áreas. No entanto, a mobilização do volume de investimento necessário para mudar a dinâmica de crescimento fundamental de todo o hemisfério ocidental, exigirá uma economia regional mais integrada e que opere sob regras transparentes e confiáveis, que possibilitem o fornecimento de bens e serviços a cadeias de valor globalmente competitivas.

Ao pedirmos uma maior integração das nossas economias, estamos cientes das várias tentativas já feitas na busca de um caminho para um mercado regional. Atualmente há muitos experimentos em curso, que variam de acordos bilaterais de livre comércio a acordos plurilaterais e mais ambiciosos de integração em mercados comuns completos, e todos oferecem lições valiosas na medida em que avançamos. Não acreditamos que uma tentativa nova e ambiciosa de obter uma estrutura regional integral seja necessária ou desejável. Ao contrário, a agenda que propomos é norteada por medidas concretas e práticas para integrar os mercados de energia, recursos naturais, finanças, produtos manufaturados e serviços que tornarão nossas empresas – especialmente

micro, pequenas e médias empresas – mais competitivas e todos os povos das Américas mais prósperos. Especificamente, concentramos nossas recomendações e propostas de parcerias público-privadas em quatro objetivos distintos que são fundamentais tanto para o desenvolvimento social e econômico do continente americano como para a conquista do objetivo comum de prosperidade com equidade:

- I. **Melhorar a infraestrutura e fortalecer o comércio** de bens e serviços para aumentar a produtividade, fomentar nossa maior participação em cadeias globais de valor e continuar a gerar crescimento econômico.
- II. **Facilitar recursos financeiros para estimular o crescimento e o desenvolvimento**, por meio do investimento no desenvolvimento de infraestrutura, de mercados de capitais mais fortes e mais profundos e da inclusão financeira que sustente o desenvolvimento da classe média e responda às necessidades de cidadãos e pequenas e médias empresas.
- III. **Estimular a inovação e o empreendedorismo e desenvolver o nosso capital humano** para aumentar a produtividade, garantindo o atendimento da demanda de mão de obra qualificada e o crescimento do emprego, e para impulsionar o crescimento econômico e contribuir para o desenvolvimento de novas competências econômicas sustentáveis.
- IV. **Maximizar o potencial dos recursos naturais e energéticos da região**, assegurando que a energia chegue a todos os nossos países e que a riqueza dos nossos recursos naturais não fique inexplorada.

O setor privado da região envolvido no Diálogo Empresarial das Américas acredita que as

recomendações e propostas de colaboração entre os setores público e privado incluídas neste relatório são concretas, exequíveis e contribuirão para maximizar a importância do setor privado e do investimento no crescimento econômico e no desenvolvimento social.

Por último, acreditamos que poderemos realizar muito mais se trabalharmos juntos. Estamos dispostos a ajudar os governos a traduzir as propostas aqui apresentadas em estratégias de implementação específicas e práticas. Sempre que for adequado e conveniente, estaremos preparados para oferecer nossa experiência, baseada nas realidades práticas do mercado, com vistas ao desenvolvimento de procedimentos e processos. Reconhecemos que muitas de nossas sugestões não são novas e que tentativas anteriores de buscar objetivos similares fracassaram devido a restrições políticas, o que nos leva a acolher a oportunidade de criar parcerias com governos e líderes políticos na busca de novos caminhos para conciliar essas pressões conflitantes.

Em resumo, o Diálogo Empresarial das Américas é uma oferta de colaboração sustentável entre os setores público e privado para a prosperidade do continente americano que, esperamos, persista por muitos anos.

Resumo de recomendações e propostas de parcerias público-privadas

I. Melhorar a infraestrutura e fortalecer o comércio

1. Criar um centro independente de supervisão e desenvolvimento de infraestrutura regional, formado por recursos profissionais, que facilite a participação do setor privado e a criação de parcerias público-privadas para projetos ou iniciativas de infraestrutura regional, tais como o Projeto Mesoamérica ou a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul. O Centro serviria para a realização de projetos baseados nas condições dos mercados, a institucionalização de melhores práticas e o desenvolvimento de contratos e documentos de projetos bilíngues ou trilingues padronizados.
2. Estimular o financiamento de projetos de infraestrutura com o uso de recursos de governos, organismos multilaterais e instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) para abordar tanto a elaboração de projetos e estudos de viabilidade como risco de construção, risco soberano e risco cambial. Da mesma forma, atualizar os marcos de financiamento de projetos de organismos multilaterais e instituições financeiras de desenvolvimento para assumir o risco de refinanciamento, o que permitiria aos bancos e a essas instituições cofinanciar projetos durante o período posterior à construção e, subsequentemente, refinar os empréstimos nos mercados de capitais, nos quais podem ser financiados por investidores institucionais de longo prazo.
3. Padronizar a abordagem adotada por governos, reguladores, agências de classificação de risco de crédito e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para determinar que mecanismos e instrumentos de governo usados no financiamento de projetos de infraestrutura devem ser incorporados aos cálculos da dívida externa e em que circunstâncias.
4. Trabalhar em conjunto com o setor privado para assegurar a implementação plena e rápida, na região, do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC, priorizando a implementação dos acordos de resoluções antecipadas; taxas e encargos; liberação e desembaraço de mercadorias; formalidades relacionadas com

importação, exportação e trânsito; bem como estreita cooperação entre autoridades de fronteira para facilitar o comércio.

5. Implantar políticas de facilitação do comércio para remessas de baixo valor – abrangendo impostos, tarifas e taxas de entrada – que seriam aplicáveis independentemente do país de origem. Essas políticas deveriam eliminar procedimentos aduaneiros onerosos e desnecessários nas fronteiras.
6. Desenvolver mecanismos que permitam o reconhecimento mútuo de agentes comerciais de confiança e a liberação física de mercadorias em trânsito, mantendo, ao mesmo tempo, auditorias formais após a liberação de mercadorias, a fim de assegurar o cumprimento de declarações aduaneiras.
7. Manter um diálogo anual no nível ministerial com o setor privado sobre questões relativas a comércio e investimento e a inserção competitiva da região na economia mundial.
8. Adotar medidas para melhorar a infraestrutura de portos, aeroportos e postos de fronteira da região, para que estejam adequadamente preparados para enfrentar os fluxos variáveis resultantes da ampliação do Canal do Panamá, incluindo o aumento da capacidade de portos e aeroportos, a expansão da infraestrutura física e logística e a otimização do transporte terrestre, marítimo, fluvial e aéreo.
9. Desenvolver uma infraestrutura robusta e moderna que facilite a movimentação eficiente de mercadorias de e para instalações de montagem, incluindo a liberdade de navegação, e que possibilite conectividade multimodal e transporte intermodal.
10. Adotar as melhores práticas internacionais regulatórias, envolvendo a experiência do setor privado e melhorando a comunicação e a confiança entre reguladores na região, com vistas à construção de agendas de reforma para a obtenção de processos regulatórios mais cooperativos, incluindo acordos de reconhecimento mútuo que sejam transparentes para todas as partes, fomentem a consulta pública, forneçam notificação prévia e sejam baseados em conhecimentos científicos sólidos e

evidências claras.

11. Desenvolver políticas públicas destinadas especificamente a melhorar as condições que promovem as exportações de serviços, por meio, por exemplo, de ações destinadas à eliminação progressiva de obstáculos fiscais e à adoção de acordos de dupla tributação, priorizando os prestadores de serviços regionais nas compras governamentais, apoiando a participação de empresas locais em cúpulas internacionais, desenvolvendo um sistema de acreditação para assegurar credibilidade internacional e melhorando o sistema de informação e estatística dos serviços regionais de exportação.
12. Facilitar os procedimentos de entrada e as exigências de visto para pessoas que viajam a negócios e prestadores de serviços na região, por meio da implantação de um Cartão de Viagens de Negócios das Américas.

II. Facilitar recursos financeiros para estimular o crescimento e o desenvolvimento

13. Tomar medidas para aprofundar e harmonizar os mercados de capitais e integrar mercados de menor porte, facilitando investimentos por entidades públicas, que constituem alguns dos maiores investidores; emitindo títulos com diferentes vencimentos que possam ser usados por terceiros como referência para fixar o preço de seus valores mobiliários; e harmonizar os requisitos de registro de ações na bolsa de valores, classificações de crédito e exigências para a concessão de licenças profissionais, com normas aceitas internacionalmente, com vistas à criação de um marco simples e transparente para a emissão de valores mobiliários.
14. Eliminar as restrições que inibem os fluxos transfronteiriços e harmonizar os impostos associados ao fluxo de capital dentro e fora dos mercados de investimento em valores mobiliários, bem como incorporar incentivos fiscais para emissões no mercado de capitais.
15. Estimular a inclusão financeira por meio do

desenvolvimento de políticas destinadas a: I) criar uma rede bancária aberta e ampla sem sucursais, para permitir que uma vasta gama de agentes não tradicionais prestem serviços financeiros, especialmente em áreas rurais e outras áreas sem cobertura financeira; e II) aproveitar a inovação digital, proporcionando padrões comuns que apoiem serviços bancários e interoperabilidade móveis e digitais e assegurem sistemas de identificação de clientes; ter políticas públicas que apoiem pagamentos digitais, tais como a distribuição eletrônica de subsídios federais e locais e transferências condicionadas de renda; e exigir que os órgãos do governo aceitem pagamentos eletrônicos.

16. Incentivar a prestação de serviços financeiros formais por meio do desenvolvimento, da criação e da adoção de regulações financeiras que sejam proporcionais ao risco da conta e do cliente, especialmente no que se refere aos requisitos de combate à lavagem de dinheiro (AML, por sua sigla em inglês), 'conheça o seu cliente' (KYC, na sigla em inglês) e aos requisitos de consentimento e de transferência de dados.

17. Desenvolver e adotar normas regionais que promovam o fornecimento de informações de crédito no nível global, registros de empréstimos garantidos e a coleta de informações não financeiras que permitam às entidades de crédito gerenciar o risco; reduzir o sobre-endividamento; evitar o inadimplemento de consumidores e de micro, pequenas e médias empresas; criar incentivos eficazes para o pagamento por mutuários; e criar ferramentas que permitam o acesso ao crédito por empresas exportadoras de bens e serviços.

18. Estabelecer um mecanismo de consulta regulatória regional para promover maior compatibilidade, incluindo, se pertinente, a harmonização de regulações futuras, e para resolver problemas e reduzir encargos decorrentes das regulações existentes por meio de equivalência, reconhecimento mútuo ou outros meios acordados.

19. Criar um órgão consultivo a que os reguladores possam recorrer para obter assessoria sobre a viabilidade e os riscos de instrumentos

e mecanismos financeiros complexos e que possam, em colaboração com organismos multilaterais, bancos e investidores institucionais, fortalecer a capacidade dos órgãos reguladores nacionais, para que estes possam desempenhar adequadamente o seu papel em relação aos instrumentos financeiros complexos necessários para vencer os desafios enfrentados pela região.

III. Estimular a inovação e o empreendedorismo e desenvolver nosso capital humano

20. Tornar a inovação uma questão de política nacional, comprometendo-se a investir 1% do PIB em pesquisa e desenvolvimento.

21. Garantir a proteção adequada e eficaz da propriedade intelectual e legislação executória coerente com as normas internacionais de propriedade intelectual, com o objetivo de cumprir as melhores práticas internacionais e fomentar acordos para um exame rápido de requisições de patentes.

22. Promover políticas que preservem uma internet aberta e garantam ao usuário acesso a conteúdo jurídicos, produtos, serviços e tecnologias, evitando exigências de localização de servidor e restrições aos fluxos de dados transfronteiriços para fins comerciais legítimos.

23. Criar um centro regional de pesquisa, inovação e empreendedorismo destinado ao estabelecimento de canais de comunicação para conectar o setor público, empresas privadas, universidades e centros de pesquisa, com o objetivo de promover colaboração na pesquisa regional e gerar incentivos para estimular o investimento privado em inovação.

24. Estimular a educação em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, na sigla em inglês), bem como o empreendedorismo, por meio de programas de intercâmbio, em especial para apoiar o desenvolvimento do capital humano necessário para os setores de infraestrutura, logística, energia e recursos naturais.

25. Promover a implementação de parcerias público-privadas para a educação técnica e profissional, bem como a educação em idiomas estrangeiros, a fim de criar uma força de trabalho mais qualificada e com maior mobilidade para responder à demanda de qualificações do setor privado e às necessidades de comunidades locais.

IV. Maximizar o potencial da energia e dos recursos naturais da região

26. Estimular o investimento em recursos naturais por meio de esquemas de distribuição de renda para o setor, que assegurem que governos e empresas compartilhem os riscos e as recompensas da atividade.

27. Proporcionar estabilidade e aumentar a confiança de investidores em projetos de mineração e energia, desenvolvendo instituições e regimes jurídicos que estejam protegidos contra mudanças na liderança política e garantindo o cumprimento claro e consistente das legislações ambientais e trabalhistas aplicáveis e mecanismos de consulta prévia.

28. Promover uma transferência transparente e justa de *royalties* às comunidades locais, para que apoiem o investimento em recursos naturais e dele se beneficiem.

29. Enfrentar os desafios energéticos da região, com especial atenção às necessidades de mercados de menor porte, tais como os da América Central e do Caribe, por meio da implementação de medidas para a adoção de fontes de energia renováveis e eficiência energética, trabalhando com o setor privado para desenvolver rapidamente uma abordagem coerente para aumentar o uso do gás e reduzir a dependência atual do petróleo.

30. Desenvolver uma plataforma regional que assegure a contribuição ativa do setor privado na execução de projetos de integração energética regional desenvolvidos no marco de iniciativas públicas regionais, tal como o Sistema de Interconexão Elétrica da América Central.

Contexto

I. Melhorar a infraestrutura e fortalecer o comércio

A. Estimular o investimento em infraestrutura em toda a região

Para aumentar a produtividade; promover a conectividade e a integração nacional, regional e mundial; sustentar o desenvolvimento da classe média; atender às necessidades dos cidadãos e a competitividade de empresas e governos; estimular o crescimento econômico; e criar empregos é preciso que haja um grande investimento em infraestrutura.

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, se a região conseguisse duplicar seu investimento em infraestrutura, o crescimento real anual do PIB poderia aumentar em até dois pontos percentuais.

Historicamente, o investimento em infraestrutura na América Latina e no Caribe (ALC) tem sido financiado principalmente pelos governos locais e nacionais e por bancos comerciais. No entanto, a magnitude do investimento necessário e o foco na austeridade fiscal em toda a região sugerem a necessidade de financiamento alternativo com a ajuda do setor privado.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2012 o investimento médio na região nos quatro setores de infraestrutura (transporte, energia, telecomunicações, água e saneamento) foi de 3,5% do PIB.¹ Entretanto, um investimento em infraestrutura de aproximadamente 5,2% do PIB regional (cerca de US\$ 170 bilhões) é necessário para responder às necessidades de empresas e

consumidores entre 2006 e 2020. Além disso, para que a região alcance os níveis de investimento em infraestrutura per capita correspondentes a um grupo seleto de países do sudeste asiático, esse número teria que estar mais próximo de 7,9% do PIB regional (aproximadamente US\$ 260 bilhões).²

Segundo o BID, mesmo que os níveis de investimento privado aumentem, desafios significativos de implementação ainda persistirão. As instituições públicas enfrentam dificuldades na concepção, na avaliação e na execução de investimentos em transporte e infraestrutura. Essas limitações institucionais também prejudicam o desenvolvimento de um marco regulatório capaz de alavancar investimentos do setor privado. Até o momento, Brasil, México, Colômbia, Peru e Chile têm atraído investimentos consideráveis do setor privado em concessões de rodovias e ferrovias, mas ainda há espaço para melhorar e explorar todo o potencial de participação do setor privado. Entre os desafios existentes estão a falta de independência, de experiência técnica e de coordenação entre os órgãos reguladores; contratos mal formulados que levam a renegociações constantes; e políticas nacionais que podem evitar a concorrência de empresas estrangeiras em setores de serviços extremamente necessários, tais como cabotagem ou transporte aéreo de carga.³



Acontecimentos recentes no setor financeiro como a crise da dívida da zona do euro e mudanças regulatórias globais como Basileia III estão modificando a mescla de organizações não governamentais disponíveis para firmar parceria com os governos no financiamento de infraestruturas. Como resultado, há uma maior necessidade de conectar governos e empresas na América Latina e no Caribe com instituições financeiras e fontes de investimento alternativas, como mercados de capitais nacionais e globais.

A adoção das medidas abaixo permitiria conectar governos e empresas da América Latina com fontes financeiras e alternativas de investimento em todo o mundo:

1. Criar um centro independente de supervisão e desenvolvimento de infraestrutura regional, formado por recursos profissionais, que facilite a participação do setor privado e a criação de parcerias público-privadas para projetos ou iniciativas de infraestrutura regional, tais como o Projeto Mesoamérica ou a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul. O Centro serviria para a realização de projetos baseados nas condições dos mercados, a institucionalização de melhores práticas e o desenvolvimento de contratos e documentos de projetos bilíngues ou trilingues padronizados.

ESTUDO DE CASO

Em 2014, os grupos de trabalho no âmbito da cúpula do B20 na Austrália recomendaram o estabelecimento de um Centro Global de Infraestrutura para impulsionar o crescimento econômico e criar empregos. O centro coletaria e disseminaria boas práticas, colaboraria com as principais organizações interessadas na preparação de projetos e no desenvolvimento de capacidades, desenvolveria e promoveria normas apropriadas e compararia e publicaria dados e relatórios relevantes para aumentar a carteira de projetos de infraestrutura suscetíveis de financiamento bancário e prontos para o investimento, melhorar a produtividade em todo o ciclo de vida da infraestrutura e acelerar o desenvolvimento de infraestrutura como uma classe de ativos. Os grupos de trabalho avaliaram

que a melhora na preparação, estruturação e entrega de projetos poderia aumentar a capacidade de infraestrutura em US\$ 20 trilhões em 2030, e que um Centro Global de Infraestrutura poderia fazer uma contribuição estimada de US\$ 2 trilhões. Além disso, a previsão é de que um centro dessa natureza geraria outros US\$ 600 bilhões de atividade econômica e 10 milhões de empregos por ano, no longo prazo.⁴ Os próximos passos para o Centro Global de Infraestrutura incluem a definição de seu mandato, sua governança, seu orçamento e sua localização, bem como a coordenação das partes interessadas públicas, privadas, multilaterais e de organizações não governamentais apropriadas necessários para cumprir seu mandato. Além disso, a cúpula do B20 na Austrália incentivou os governos interessados do G20 a apoiar o centro por meio de capital semente modesto oriundo de programas de infraestrutura/ajuda existentes.

2. Estimular o financiamento de projetos de infraestrutura com o uso de recursos de governos, organismos multilaterais e instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) para abordar tanto a elaboração de projetos e estudos de viabilidade como risco de construção, risco soberano e risco cambial. Da mesma forma, atualizar os marcos de financiamento de projetos de organismos multilaterais e instituições financeiras de desenvolvimento para assumir o risco de refinanciamento, o que permitiria aos bancos e a essas instituições cofinanciar projetos durante o período posterior à construção e, subsequentemente, refinar os empréstimos nos mercados de capitais, nos quais podem ser financiados por investidores institucionais de longo prazo.

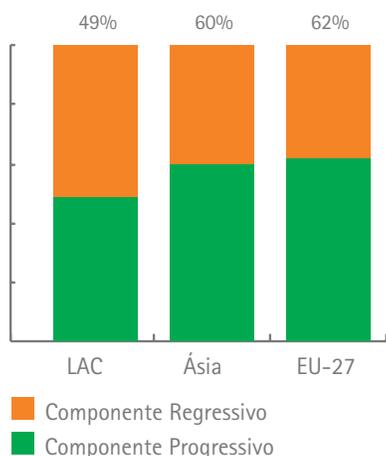
ESTUDO DE CASO

Segundo o Banco Mundial, no Chile os projetos de infraestrutura são estruturados para atrair a demanda de seguradoras e fundos de pensão. Em particular, um forte sistema de garantia assegura que todos os títulos emitidos tenham grau de investimento, vencimento no longo prazo e índice de inflação. O desenho de política de garantias não financeiras ou garantias contratuais explícitas (ECG, na sigla em inglês) tem sido uma condição necessária para o financiamento

bancário de projetos no Chile. O governo destinou mais de US\$ 8 bilhões por meio de mecanismos de licitação e forneceu garantias explícitas. Além disso, as concessionárias estão registradas na Comissão de Valores Mobiliários, que dispõe de requisitos para tornar o emissor mais transparente. Mesmo após a crise financeira de 2008, os motivos para os projetos e as garantias continuaram a apoiar o investimento: em 2008-9, US\$ 8,8 milhões foram destinados a investimento comprometido e outros US\$ 2 bilhões a investimento adicional. Assim, as agências de risco locais mantiveram os títulos de infraestrutura sob "taxa de investimento" e, atualmente, cerca de 20% das carteiras chilenas de fundos de pensão são investidos em infraestrutura.^{5,6}

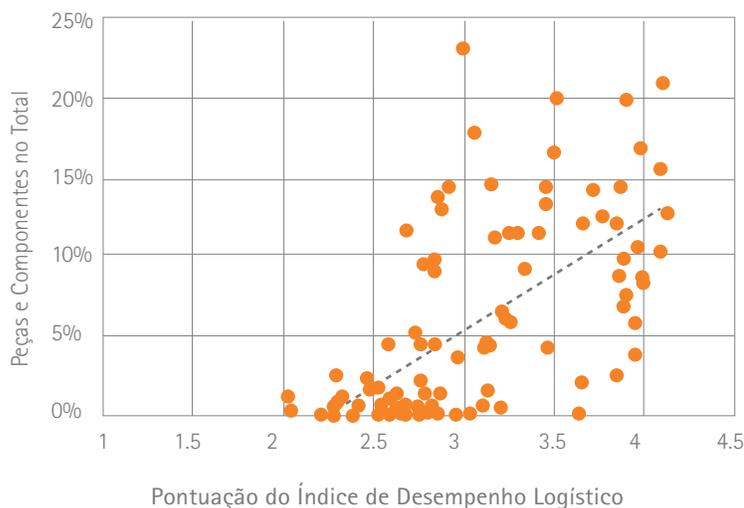
3. Padronizar a abordagem adotada por governos, reguladores, agências de classificação de risco de crédito e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para determinar que mecanismos e instrumentos de governo usados no financiamento de projetos de infraestrutura devem ser incorporados aos cálculos da dívida externa e em que circunstâncias.

Figura 1. Porcentagem de Exportações que Fazem Parte de um Processo de Produção em Vários Países



Fonte: www.Synchronized-Factories.com

Figura 2. Desempenho da Facilitação do Comércio Relativamente à Proporção de Peças e Componentes em Exportações de Manufaturas, 2010



Fonte: Saslavsky e Shepard, 2014

B. Implementar reformas de facilitação do comércio para melhorar os procedimentos aduaneiros e de fronteira e reduzir os custos do comércio

De forma semelhante ao que ocorreu no início do século XX, quando o Canal do Panamá revolucionou o comércio e as viagens no nível global, o continente americano tem novamente uma oportunidade histórica para dar nova forma à economia mundial do século XXI, aprofundando e ampliando o papel do Canal do Panamá como eixo de logística internacional e fluxos comerciais.

Os governos da região merecem aplausos pelos numerosos esforços em curso para melhorar a logística e a infraestrutura da região. No entanto, um país ou uma região pode se beneficiar plenamente da integração em cadeias de valor globais (GVC, na sigla em inglês), apenas como resultado de uma forte coordenação e de vínculos eficazes entre os estágios de produção, a circulação de mercadorias e a vontade dos países participantes de agilizar recursos através de suas fronteiras. Portanto, uma logística e uma infraestrutura de transporte modernas e fortes, aliadas a políticas que as apoiem, são condições essenciais para que as empresas possam crescer e ascender nas cadeias de valor globais, que são objeto de pressões competitivas crescentes na economia mundial.

O Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial estimam que reduzir de maneira ambiciosa as barreiras que a cadeia de fornecimento impõe ao comércio (o que é análogo a facilitar o comércio em seu sentido mais amplo) poderia estimular as exportações da região em até 38% para alguns países, e o PIB em até 8%.⁷

Na economia internacional altamente competitiva de hoje, as cadeias de valor globais integradas se tornaram o parâmetro de sucesso para empresas internacionais e um fator importante para a expansão dos mercados. No entanto, as cadeias de valor globais estão concentradas principalmente na União Europeia, no Sul da Ásia e na América do Norte, com a América Latina e o Caribe a reboque.

ESTUDO DE CASO

Segundo o BID, um país típico da América Latina e do Caribe tem um número menor de encadeamentos produtivos regressivos e progressivos na cadeia produtiva do que um país típico da Ásia ou da Europa. Por exemplo, a proporção de exportações que fazem parte de um processo de produção em vários países é 13 pontos percentuais menor na América Latina e no Caribe do que na Europa (ver Figura 1).⁸

Nesse sentido, o desenvolvimento de um ambiente integrado para os negócios no continente americano deve ser uma prioridade,

e as reformas de facilitação do comércio são um elemento crucial.

A figura 2 mostra a correlação entre o desempenho da facilitação do comércio (medido pelo Índice de Desempenho Logístico (LPI) do Banco Mundial), e a proporção de peças e componentes nas exportações totais de produtos manufaturados, que é um indicador do grau de integração da cadeia de valor de um país. Em termos quantitativos, o comércio de peças e componentes é quase 50% mais sensível a melhorias na facilitação do comércio do que o comércio de bens de consumo final. Assim, os países com uma melhor facilitação do comércio tendem a exportar um volume relativamente maior de peças e componentes.⁹

Figura 3: Comparação do Índice de Desempenho Logístico da América Latina e do Caribe (ALC) com o Restante do Mundo

Média ALC	2,76
Média dos 30 % com melhor desempenho	3,57
Média global	2,89

Fonte: Índice de Desempenho Logístico do Banco Mundial, 2014

Os dados do Índice de Desempenho Logístico (LPI) do Banco Mundial indicam que houve um avanço substancial no desempenho logístico da região com a recente aprovação do Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio. A Figura 4 mostra as pontuações das seis dimensões do LPI expressas como desvios percentuais da pontuação geral da região. Uma barra positiva indica que o desempenho nessa área é superior à pontuação mundial, e uma barra negativa indica um desempenho inferior. Três das seis dimensões mostradas na Figura 4 estão estreitamente agrupadas em torno da pontuação geral da América Latina e do Caribe, o que significa que não são elementos de força ou fraqueza específica. Entretanto, aduanas (- 6%) e infraestrutura (- 8%) são áreas que requerem mais trabalho.

O Acordo de Facilitação do Comércio da OMC contém disposições para agilizar a movimentação, a liberação e o desembaraço de mercadorias, incluindo mercadorias em trânsito. Também estabelece medidas para a cooperação eficaz entre aduanas e outras autoridades competentes em questões de facilitação do comércio e conformidade aduaneira. Além disso, contém disposições sobre assistência técnica e desenvolvimento de capacidades.

Para permitir que as empresas da região se beneficiem plenamente da integração em cadeias de valor globais, os países da região devem:

4. Trabalhar em conjunto com o setor privado para assegurar a implementação plena e

rápida, na região, do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC, priorizando a implementação dos acordos de resoluções antecipadas; taxas e encargos; liberação e desembaraço de mercadorias; formalidades relacionadas com importação, exportação e trânsito, bem como uma estreita cooperação entre autoridades de fronteira para facilitar o comércio.

Um estudo da OCDE estima que a reforma da facilitação do comércio poderia reduzir os custos comerciais totais em quase 14,5% para países de baixa renda, 15,5% para países de renda média e 13,2% para países de renda média alta.¹⁰ Além disso, reduzir os custos globais do comércio relacionados com a facilitação do comércio em apenas 1% poderia levar a um aumento de US\$ 40 bilhões na renda mundial. Os países da África Subsaariana poderiam ver um aumento de 22,3% em suas exportações, enquanto as exportações da América Latina e da Ásia poderiam crescer 16,2%. As exportações da UE poderiam aumentar 10,6%, com as exportações dos Estados Unidos e do Japão aumentando 3,9% e 2,1%, respectivamente. A racionalização de procedimentos, documentos e disponibilidade de informações, tanto no comércio total como no nível do comércio de manufaturas, poderia ter o maior impacto nos fluxos comerciais para a América Latina e o Caribe. Resoluções antecipadas e taxas e encargos também produzem um impacto significativo nos fluxos comerciais. Esses impactos são observados não apenas em relação a importações e exportações com o restante do mundo, mas

também no comércio intra-regional. As medidas que mais contribuem para a redução dos custos do comércio na região são: racionalização de procedimentos (com uma redução potencial estimada de 2,8% nos custos do comércio), resoluções antecipadas (redução potencial estimada de 2,5%) e documentos (redução potencial estimada de 1,9%). O potencial de redução de custos de uma reforma abrangente da facilitação do comércio é de 16,2% para a América Latina e o Caribe.¹¹

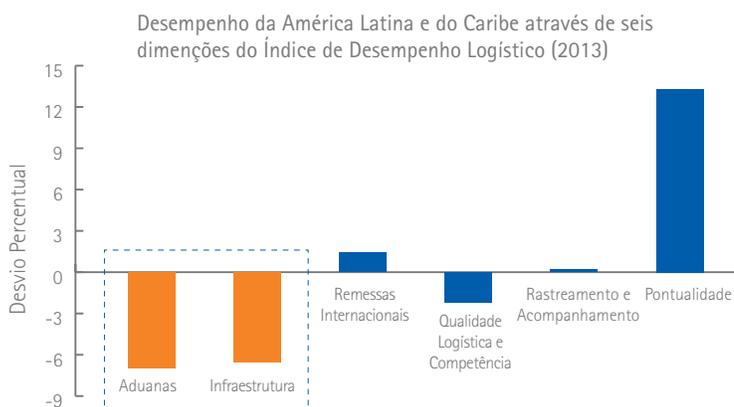
5. Implantar políticas de facilitação do comércio para remessas de baixo valor - abrangendo impostos, tarifas e taxas de entrada - que seriam aplicáveis independentemente do país de origem. Essas políticas deveriam eliminar procedimentos aduaneiros onerosos e desnecessários nas fronteiras.

6. Desenvolver mecanismos que permitam o reconhecimento mútuo de agentes comerciais de confiança e a liberação física de mercadorias em trânsito, mantendo, ao mesmo tempo, auditorias formais após a liberação de mercadorias, a fim de assegurar o cumprimento de declarações aduaneiras.

ESTUDO DE CASO

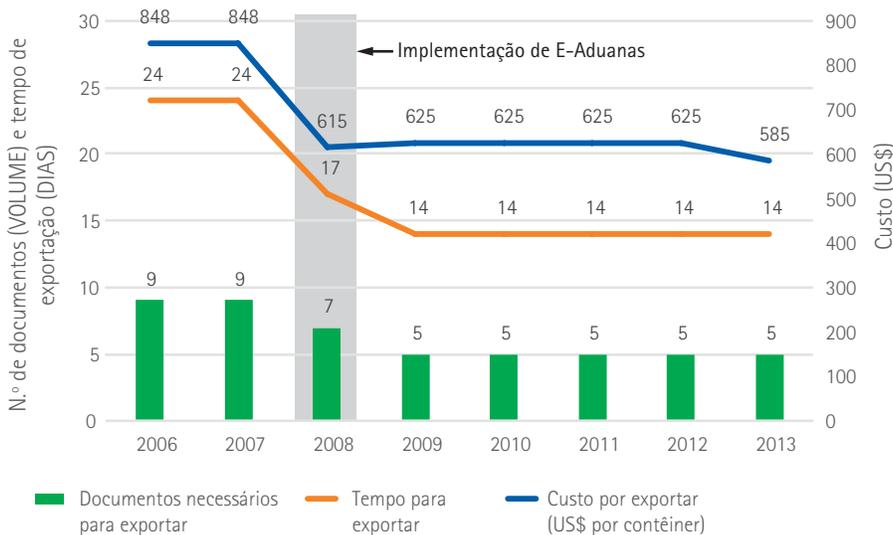
Em 11 de março de 2014, representantes da Coreia e do México firmaram um acordo de reconhecimento mútuo no âmbito do programa Operador Econômico Autorizado (OEA). Como resultado, o México é o primeiro país latino-americano a obter o reconhecimento formal do seu programa OEA, tornando os programas do México e da Coreia do Sul compatíveis. Esse acordo ajuda a garantir que a Coreia do Sul reconheça empresas certificadas por meio do programa OEA do México (Novo Esquema de Empresas Certificadas) como empresas seguras e confiáveis, garantindo, em contrapartida, que o México reconheça como confiáveis empresas da Coreia do Sul certificadas por meio do seu programa OEA. Com isso, espera-se que o número de inspeções seja reduzido e que a aduana da Coreia do Sul preste serviços mais rápidos, reduzindo, assim tempos e custos de trânsito, tornando as empresas mexicanas mais competitivas no mercado global.¹²

Figura 4. Pontuações das Seis Dimensões do LPI Expressas como Desvios Percentuais da Pontuação Total da Região



Fonte: Índice de Desempenho Logístico do Banco Mundial

Figura 5. Melhoras no Processo de Controle de Fronteiras: a Tailândia Reduziu o Tempo de Exportação em 10 Dias



Fonte: Banco Mundial, OCDE (<http://www.doingbusiness.org/Custom-Query/thailand>)

7. Manter um diálogo anual no nível ministerial com o setor privado sobre questões relativas a comércio e investimento e a inserção competitiva da região na economia mundial.

Segundo o Estudo sobre Sustentabilidade do Pacto Global das Nações Unidas - Accenture CEO, de 2013, 84% dos Diretores-Presidentes da América Latina acreditam que o apoio do governo aos mercados abertos e a cooperação multilateral serão importantes para aumentar a sustentabilidade nos próximos 3 a 5 anos.¹³

8. Adotar medidas para melhorar a infraestrutura de portos, aeroportos e postos de fronteira da região, para que estejam adequadamente preparados para enfrentar os fluxos variáveis resultantes da ampliação do Canal do Panamá, incluindo o aumento da capacidade de portos e aeroportos, a expansão da infraestrutura física e logística e a otimização do transporte terrestre, marítimo, fluvial e aéreo.

Na Tailândia, o tempo de exportação diminuiu de 24 para 14 dias, como resultado direto das melhorias introduzidas nos processos para agilizar as atividades de travessia de fronteiras e adotar tecnologias da informação (TI) mais sofisticadas.¹⁴ A Figura 5 mostra a redução de 10 dias no tempo de exportação, bem como a redução no custo das exportações, como resultado de melhorias nos processos de controle de fronteiras na Tailândia.

9. Desenvolver uma infraestrutura robusta e moderna que facilite a movimentação eficiente de mercadorias de e para instalações de montagem, incluindo a liberdade de navegação, e que possibilite conectividade multimodal e transporte intermodal.

De acordo com o BID, é provável que políticas formuladas para reduzir os custos de transporte tenham um impacto significativo nas exportações. A Colômbia, em particular, pode se beneficiar da melhoria na infraestrutura de transporte: uma redução de 1% nos custos de transporte ad valorem pode aumentar as exportações em até 7,9% na agricultura, 7,8% na indústria manufatureira e 5,9% na mineração. No México, onde o impacto médio dos custos reduzidos de transporte em todos os setores foi o mais baixo, uma queda de 1% nos custos de transporte ainda poderia produzir um aumento de 4% nas exportações agrícolas.¹⁵

Como trabalham para proteger a saúde e a segurança pública, os órgãos reguladores nacionais podem criar involuntariamente divergências regulatórias desnecessárias e ineficientes entre parceiros comerciais. Essas divergências podem, com frequência, dificultar o comércio ao acrescentar custos para os consumidores, sem necessariamente oferecer proteções adicionais à saúde e à segurança. Quando isso ocorre, procedimentos aprimorados,

melhor treinamento de reguladores e uma cooperação mais estreita entre estes podem produzir eficiências administrativas, melhorar a saúde e a segurança pública e aumentar a prosperidade econômica e a inovação.

Assim, o trabalho conjunto dos governos da região e do setor privado com vistas à adoção de melhores práticas regulatórias internacionais, aproveitando a experiência do setor privado e melhorando a comunicação e a confiança entre reguladores na região, beneficiará não apenas as empresas, mas consumidores e cidadãos em geral. Portanto, o Diálogo Empresarial das Américas recomenda:

10. Adotar as melhores práticas internacionais regulatórias, envolvendo a experiência do setor privado e melhorando a comunicação e a confiança entre reguladores na região, com vistas à construção de agendas de reforma para a obtenção de processos regulatórios mais cooperativos, incluindo acordos de reconhecimento mútuo que sejam transparentes para todas as partes, fomentem a consulta pública, forneçam notificação prévia e sejam baseados em conhecimentos científicos sólidos e evidências claras.

C. Implementar políticas e iniciativas para facilitar o comércio de serviços

A expansão do comércio de serviços em setores não tradicionais talvez seja o fenômeno mais dinâmico dos últimos anos. O advento da globalização e da revolução da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) permitiu a fragmentação da produção mundial, e entre 2000 e 2013 o volume de serviços não tradicionais quase triplicou.¹⁶ Isso incentivou os países em desenvolvimento a explorar suas vantagens comparativas e a desenvolver novas vantagens competitivas por meio da especialização. No entanto, a região ainda amarga um baixo nível de participação no mercado mundial, respondendo por aproximadamente 4% do total das exportações mundiais de serviços e cerca de 3% das exportações mundiais de serviços não tradicionais.¹⁷

A relevância das exportações de serviços não tradicionais reside em seu impacto positivo em várias áreas de desenvolvimento, incluindo capital humano, emprego qualificado, tecnologia e sustentabilidade ambiental. Além disso, os serviços geram o maior valor agregado na cadeia de valor, levando, assim, as empresas manufatureiras a comprar e produzir mais serviços de uma forma sem precedentes.

Por outro lado, melhorar a mobilidade de empresários e prestadores de serviços estimula o comércio e o crescimento econômico em vários aspectos inter-relacionados. Estudos mostram que as interações presenciais em visitas de negócios internacionais e reuniões físicas melhoram o uso eficiente de recursos humanos e o acesso a conhecimentos externos, geram ganhos em vantagens competitivas, são a maneira mais eficaz de conhecer novos clientes, são essenciais para negociar acordos finais e constituem um fator-chave na construção e na manutenção bem-sucedidas de relações duradouras. Procedimentos simplificados de entrada em outras economias levam a reduções significativas nos custos de transação e a economias consideráveis de recursos e tempo, fatores que são especialmente importantes para pequenas e médias empresas.

Portanto, o Diálogo Empresarial das Américas recomenda:

11. Desenvolver políticas públicas destinadas especificamente a melhorar as condições que promovem as exportações de serviços, por meio, por exemplo, de ações voltadas para a eliminação progressiva de obstáculos fiscais e a adoção de acordos de dupla tributação, priorizando os prestadores de serviços regionais nas compras governamentais, apoiando a participação de empresas locais em cúpulas internacionais, desenvolvendo um sistema de acreditação para proporcionar credibilidade internacional e melhorando o sistema de informação e estatística dos serviços regionais de exportação.

ESTUDO DE CASO

Em 2013, a Coalizão de Indústrias de Serviços de Trinidad e Tobago lançou um plano estratégico para o setor local de *offshoring* de serviços de TIC. A estratégia contém recomendações inovadoras e orientadas para a prática, destinadas a promover as indústrias de tecnologia da informação e animação em Trinidad e Tobago, proporcionando, assim, uma alternativa viável para diversificar a base exportadora do país.¹⁸

ESTUDO DE CASO

A Associação Latino-Americana de Exportadores de Serviços (ALES) é uma organização internacional formada por 31 instituições públicas e privadas de 16 países. Seu objetivo é promover a América Latina como uma região exportadora de conhecimentos e um destino de terceirização. Em 2014 a ALES desenvolveu um "Sistema Regional de Informação e Harmonização Metodológica para o Setor de Serviços Latino-Americano". O sistema fornece informações relevantes para investidores estrangeiros, exportadores e agências de promoção comercial. Por meio de um método intuitivo e simples, o sistema permite o acesso a: 1) Regras e Acordos: inclui regras nacionais e internacionais que podem afetar o comércio internacional de serviços, especialmente para o setor de demanda; 2) Acordos de Dupla Tributação: informa o procedimento para eliminar o efeito de dupla tributação; 3) Índice: mostra todos os dados que os investidores levam em conta ao decidir sobre um local para terceirizar atividades no exterior. Em particular, gera classificações específicas por setor; 4) Estatísticas: fornece estatísticas do setor de serviços na América Latina e oferece a possibilidade de comparações.

12. Facilitar os procedimentos de entrada e as

exigências de visto para pessoas que viajam a negócios e prestadores de serviços na região, por meio da implantação de um Cartão de Viagens de Negócios das Américas.

ESTUDO DE CASO

Em 1997, a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, na sigla em inglês) desenvolveu um Cartão de Viagens de Negócios da APEC (ABTC, na sigla em inglês), que facilita a entrada previamente autorizada e de curto prazo nas economias membros participantes, de pessoas em viagens de negócios. O cartão ABTC poupa um tempo valioso ao eliminar a necessidade da solicitação individual de vistos e autorizações de entrada, além de permitir várias entradas nas economias participantes durante seus três anos de validade. Os titulares do cartão também se beneficiam de procedimentos de imigração mais rápidos quando da sua chegada, por meio do acesso agilizado de entrada e saída em filas especiais da APEC nos principais aeroportos das economias participantes. O cartão ABTC ajuda a melhorar a integridade e a segurança da fronteira nas economias participantes, aumentando o número de viajantes de baixo risco, já que o nome de cada solicitante é verificado em "listas de vigilância" de outras economias participantes. Atualmente há 160 mil cartões ativos em uso, e o esquema reduziu custos de transação para os titulares do cartão ABTC em 38%, o que representa uma economia média de US\$ 3,7 milhões. A economia total de tempo nos setores de imigração nas fronteiras para os titulares do cartão ABTC no período de março-julho de 2010 a março-julho de 2011 foi de 62.413 horas, com um valor monetário de US\$ 1,9 milhão.¹⁹

Contexto

II. Facilitar recursos financeiros para estimular o crescimento e o desenvolvimento

A. Promover o desenvolvimento dos mercados de capitais

As economias da região continuarão a enfrentar uma pressão econômica descendente, na medida em que a flexibilização quantitativa dos EUA chegar ao fim, os preços das *commodities* provavelmente continuarão a cair e outros grandes mercados emergentes como a China arrefecerem. As autoridades terão que encontrar soluções para manter o crescimento e buscar outras fontes de capital e investimento. Embora tenham crescido consideravelmente, os mercados de capitais da América Latina e do Caribe são, em geral, menos desenvolvidos e menores do que os das economias em desenvolvimento da Ásia, apesar da realização de algumas reformas importantes nas últimas décadas. Em muitos dos países da região, os mercados financeiros nacionais são pequenos, operam em um ambiente com divisas pouco estáveis e carecem de liquidez suficiente para atrair investidores internacionais, de oportunidades de diversificação de risco e de um mercado secundário. A capitalização e a negociação no mercado de ações dependem de poucas grandes empresas cotadas em bolsa, o que gera mercados menos fluidos e mais desarticulados. Os títulos tendem a estar concentrados na extremidade curta dos prazos de vencimento e a serem expressos em moeda estrangeira, expondo governos e empresas a riscos relacionados com vencimento e divisas.

Os governos deveriam considerar a adoção das seguintes recomendações para promover o desenvolvimento dos mercados de capitais nacionais e intra-regionais:

13. Tomar medidas para aprofundar e harmonizar os mercados de capitais e integrar mercados de menor porte, facilitando investimentos por entidades públicas, que constituem alguns dos maiores investidores; emitindo títulos com diferentes vencimentos que possam ser usados por terceiros, como referência para fixar o preço de seus valores mobiliários; e harmonizar os requisitos de registro de ações na bolsa de valores, classificações de crédito e exigências para a concessão de licenças profissionais, com normas aceitas internacionalmente, com vistas à criação de um marco simples e transparente para a emissão de valores mobiliários.

14. Eliminar as restrições que inibem os fluxos transfronteiriços e harmonizar os impostos

associados ao fluxo de capital dentro e fora dos mercados de investimento em valores mobiliários, bem como incorporar incentivos fiscais para emissões no mercado de capitais.

ESTUDO DE CASO

Segundo o BID, o Mercado Integrado Latino-Americano (MILA), formado pelas bolsas de valores do Chile, da Colômbia e do Peru gerou um crescimento de 21% desde a sua criação, até alcançar uma capitalização de US\$ 727 bilhões, tornando-se o segundo maior mercado da América Latina.²⁰

B. Promover a inclusão financeira

A inclusão financeira também é fundamental para aumentar a taxa de crescimento econômico e o emprego nos mercados emergentes, uma vez que promove o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas (MPME) e, portanto, sustenta o desenvolvimento da classe média; reduz atividades ilícitas relacionadas com o setor informal e melhora as normas e capacidades de combate à lavagem de dinheiro; e gera receita e aumenta a eficiência dos governos ao incorporar mais cidadãos ao sistema formal de financiamento. Os segmentos da base da pirâmide têm necessidades financeiras e muitos improvisaram mecanismos financeiros informais e não institucionais.

ESTUDO DE CASO

De acordo com os indicadores da Economist Intelligence Unit para a inclusão financeira, Peru, Colômbia, Chile, México e Bolívia figuram entre os dez melhores países com ambientes regulatórios propícios para a inclusão financeira, devido a uma forte liderança e profundidade institucional. Colômbia e Peru são citados como líderes mundiais em regulação prudencial e regras para a captação de depósitos.²¹

Alguns governos na região têm envidado esforços conjuntos para desenvolver marcos de inclusão financeira nacionais que equilibrem os objetivos de segurança, solidez e proteção de consumidores com os objetivos de inovação do mercado. Além disso, os governos estão reconhecendo cada vez mais o valor da educação financeira para crianças e jovens. Junto com esses avanços, autoridades governamentais, reguladoras e públicas podem adotar medidas adicionais para acelerar o desenvolvimento de serviços financeiros inclusivos que promovam o crescimento e

reduzam a pobreza.

ESTUDO DE CASO

A indústria microfinanceira do Peru prosperou devido a um ambiente regulatório sólido viabilizado pelo Estado, que permite aos profissionais alocar recursos e fixar preços, previne o tratamento discriminatório e promove a transparência da informação. O Peru é reconhecido por seu apoio institucional à inclusão financeira, que inclui os sistemas de informação de crédito e normas de proteção do cliente.²²

15. Estimular a inclusão financeira por meio da formulação de políticas destinadas a: I) desenvolver uma rede bancária aberta e ampla sem sucursais, permitindo que uma vasta gama de agentes não tradicionais prestem serviços financeiros, especialmente em áreas rurais e outras áreas sem cobertura financeira; e II) aproveitar a inovação digital, proporcionando padrões comuns que apoiem serviços bancários e interoperabilidade móveis e digitais e assegurem sistemas de identificação de clientes; ter políticas públicas que apoiem pagamentos digitais, tais como a distribuição eletrônica de subsídios federais e locais e transferências condicionadas de renda; e exigir que os órgãos do governo aceitem pagamentos eletrônicos.

ESTUDO DE CASO

Em 2013 o Peru aprovou uma lei que promove o uso de dinheiro eletrônico. O país está fomentando ainda mais a inclusão financeira com atores-chave na indústria bancária, para desenvolver uma plataforma móvel comum de pagamentos nas principais instituições bancárias. A expectativa é alcançar cinco milhões de pessoas em cinco anos.²³

16. Incentivar a prestação de serviços financeiros formais por meio do desenvolvimento, da criação e da adoção de regulações financeiras que sejam proporcionais ao risco da conta e do cliente, especialmente no que se refere aos requisitos de combate à lavagem de dinheiro (AML, na sigla em inglês) 'conheça o seu cliente' (KYC, na sigla em inglês) e aos requisitos de consentimento e de transferência de dados.

ESTUDO DE CASO

Os governos do México, da Colômbia e do Peru adotaram uma abordagem escalonada para a abertura de contas com requisitos flexíveis para

contas de baixo valor e baixo risco, sujeitas ao aumento de capitalizações e a restrições nas transações permitidas.²⁴

17. Desenvolver e adotar normas regionais que promovam o fornecimento de informações de crédito no nível global, registros de empréstimos garantidos e a coleta de informações não financeiras que permitam às entidades de crédito gerenciar o risco; reduzir o sobre-endividamento; evitar o inadimplemento de consumidores e de micro, pequenas e médias empresas; criar incentivos eficazes para o pagamento por mutuários; e criar ferramentas que permitam o acesso ao crédito por empresas exportadoras de bens e serviços.

C. Assegurar a coordenação regulatória

A recente crise financeira resultou em reformas sem precedentes para o setor no nível mundial, regional e nacional, com o fim de proteger os consumidores e criar estabilidade financeira na economia global. A realização de uma reforma em escala tão considerável, embora claramente necessária, também corre o risco de sujeitar-se a uma regulação com vigência inadequadamente extraterritorial ou que introduza elementos de regulação que divergem significativamente entre os principais centros financeiros. A falta de coordenação regulatória pode levar à arbitragem regulatória, requisitos incompatíveis ou contraditórios, distorções competitivas, mercados fragmentados e custos de conformidade excessivos.

As autoridades reguladoras financeiras têm a tarefa de aplicar regulamentos e requisitos variados que podem ser difíceis de controlar. Em vista da natureza cada vez mais integrada dos mercados financeiros e das prioridades regionais emergentes de inclusão financeira, os programas de capacitação em torno de regulações complexas poderiam apoiar as autoridades reguladoras com a criação de um marco regional propício para ampliar o acesso da população não bancarizada. Áreas de foco específicas poderiam incluir o domínio do conhecimento de normas internacionais e restrições ao investimento para melhorar a liquidez, melhores práticas na criação de um marco para processos de emissão, desenvolvimento de sofisticação no uso de derivativos para melhorar retornos e limitar

riscos, e a identificação de melhores práticas em marcos jurídicos.

Os governos na Cúpula das Américas devem considerar a adoção das seguintes medidas para garantir a coordenação da regulação financeira:

18. Estabelecer um mecanismo de consulta regulatória regional para promover maior compatibilidade, incluindo, se pertinente, a harmonização de regulações futuras, e para resolver problemas e reduzir encargos decorrentes das regulações existentes por meio de equivalência, reconhecimento mútuo ou outros meios acordados.

19. Criar um órgão consultivo a que os reguladores possam recorrer para obter assessoria sobre a viabilidade e os riscos de instrumentos e mecanismos financeiros complexos e que possam, em colaboração com organismos multilaterais, bancos e investidores institucionais, fortalecer a capacidade dos órgãos reguladores nacionais, para que estes possam desempenhar adequadamente o seu papel em relação aos instrumentos financeiros complexos necessários para vencer os desafios enfrentados pela região.

ESTUDO DE CASO

A Iniciativa para a Capacitação de Reguladores Financeiros do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC FRTI, na sigla em inglês) foi lançada em 1998 para fortalecer a supervisão e a regulação financeira na região da Ásia-Pacífico, organizando e facilitando programas regionais de capacitação para supervisores bancários e reguladores de valores mobiliários. A APEC FRTI é regida por Grupos Consultivos de Supervisão Bancária e Regulações de Valores Mobiliários compostos por 23 economias membros, bem como pelo Banco Asiático de Desenvolvimento, como sua Secretária. Os Grupos Consultivos determinam o conteúdo dos programas de capacitação com base nas prioridades identificadas pelos membros e em pesquisas e avaliações.²⁵

Da sua criação em 2008 a dezembro de 2014, cerca de 5.200 reguladores e supervisores financeiros foram treinados em 128 seminários.

Contexto

III. Estimular a inovação e o empreendedorismo e desenvolver o nosso capital humano

O desenvolvimento acelerado das economias baseadas no conhecimento destacou a importância crescente da inovação, bem como dos recursos criativos e intelectuais, como fontes de competitividade e crescimento no longo prazo. Além disso, há um amplo consenso em relação ao papel desempenhado pelo capital humano no estímulo ao crescimento econômico por meio do aumento da produtividade. A região está muito atrasada, especialmente no que se refere a habilidades em ciências, tecnologia, engenharia e matemática, que têm maior probabilidade de contribuir para o empreendedorismo inovador e são vitais para atender às demandas da indústria em áreas-chave do setor privado e do desenvolvimento da região, tais como infraestrutura, logística, energia e recursos naturais.

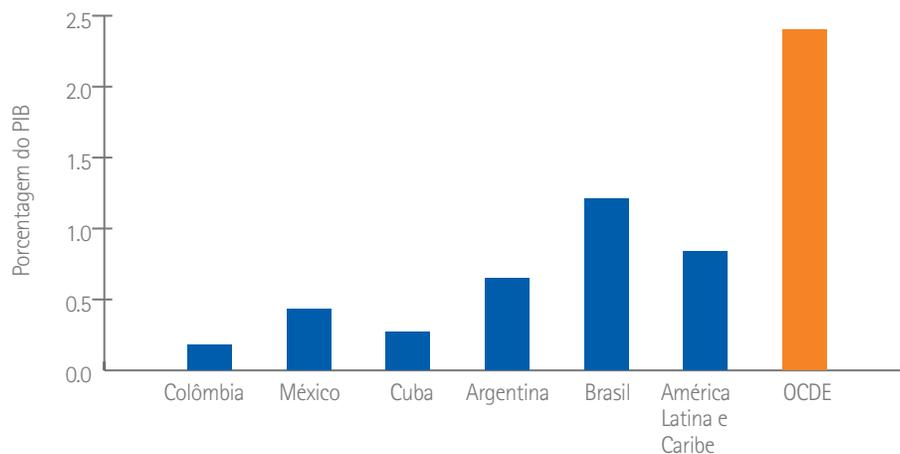
Há medidas que podem ser adotadas pelos governos da região que criariam um ambiente mais favorável à inovação, mas há também oportunidades de parcerias entre governos e setor privado para o enfrentamento de alguns desses desafios.

A. Facilitar um ecossistema de políticas para viabilizar a inovação

A competitividade, a prosperidade e o crescimento dos países somente podem ser mantidos por meio de inovação contínua ou do desenvolvimento de capacidade para gerar e assimilar mudanças tecnológicas. A América Latina está atrasada em relação aos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) no investimento em Pesquisa e Desenvolvimento e na expansão de empresas *startup*. O gasto das empresas latino-americanas em P&D é de apenas 0,5% da receita bruta, em comparação a 2% nos países da OCDE.²⁶

Segundo a OCDE, as empresas *startup* na América Latina enfrentam as maiores barreiras de acesso ao mercado: os empréstimos bancários fornecem de 15 a 30% do financiamento inicial para *startups* nos EUA, em comparação a 7% no Brasil e cerca de 0% no Chile e no México.²⁷

Figura 6. Gasto em Pesquisa e Desenvolvimento por País como Porcentagem do PIB (2011)



Fonte: Banco Mundial,²⁸ OCDE²⁹

Investir em pesquisa e desenvolvimento, contar com um marco jurídico claro e confiável e assegurar que as empresas nacionais de um país tenham acesso às melhores tecnologias disponíveis são medidas importantes que os governos podem adotar para ajudar a mudar o perfil de inovação da região. Os governos na Cúpula das Américas devem considerar as seguintes recomendações:

20. Tornar a inovação uma questão de política nacional, comprometendo-se a investir 1% do PIB em pesquisa e desenvolvimento.

21. Garantir proteção adequada e eficaz à propriedade intelectual e legislação executória coerente com as normas internacionais de propriedade intelectual, com o objetivo de cumprir as melhores práticas internacionais e fomentar acordos para um exame rápido de solicitações de patentes.

22. Promover políticas que preservem uma internet aberta e garantir que os usuários tenham acesso a conteúdo jurídicos, produtos, serviços e tecnologias, evitando as exigências de localização do servidor e as restrições a fluxos de dados transfronteiriços para fins comerciais legítimos.

De acordo com a Câmara de Comércio dos EUA, pequenas e médias empresas que dependem em grande medida dos serviços de internet têm um aumento de receita 22% maior e crescem duas vezes mais rápido do que aquelas que usam pouco a internet.³⁰

B. As parcerias público-privadas podem estimular a inovação

A inovação na América Latina e no Caribe é caracterizada por, primeiramente, um baixo nível de gasto e esforço das empresas em Pesquisa e Desenvolvimento e, em segundo lugar, por um vínculo fraco entre setor privado, institutos nacionais de pesquisa e universidades. Como resultado, a maioria das patentes registradas na região não está necessariamente alinhada com as necessidades do mercado e, portanto, não aborda questões importantes da região, tais como meios para aumentar a produtividade ou reduzir a desigualdade.

Os governos podem criar parcerias com o setor privado para estimular a inovação, da seguinte maneira:

23. Criar um centro regional de pesquisa,

inovação e empreendedorismo com vistas ao estabelecimento de canais de comunicação para conectar o setor público, empresas privadas, universidades e centros de pesquisa, com o objetivo de promover a colaboração na pesquisa regional e a geração de incentivos ao investimento privado em inovação.

ESTUDO DE CASO

O InfoDev, fundo de doadores múltiplos do Banco Mundial que apoia incubadoras empresariais e comerciais, estima que na América Latina haja atualmente cerca de 3.600 empresas com 16 mil empregados participando de negócios incubados como parte de uma rede de organizações de incubadoras de negócios, incluindo a ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), a AIPT (Associação Argentina de Incubadora de Empresas), a Chilencuba (Associação Chilena de Incubadoras) e a URUNOVA (Associação Uruguaia de Incubadoras de Empresas).³¹ Esse fato destaca uma oportunidade de crescimento, dado que nos Estados Unidos cerca de 27 mil empresas estão incubadas, e alguns estudos estimam que US\$ 1 de investimento público em uma incubadora pode resultar em US\$ 30 em receita fiscal.³²

ESTUDO DE CASO

O programa brasileiro Pesquisa de Parceria para Inovação Tecnológica (PITE) é um exemplo de colaboração bem-sucedida entre governo, universidades e setor privado. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo cria parcerias com empresas para selecionar e apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e, mais recentemente, começou a apoiar projetos inovadores de mais longa duração.³³

24. Estimular a educação em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM, na sigla em inglês), bem como o empreendedorismo por meio de programas de intercâmbio, particularmente para apoiar o desenvolvimento do capital humano necessário para os setores de infraestrutura, logística, energia e recursos naturais.

ESTUDO DE CASO

No Brasil, as empresas do setor privado criaram parcerias com o governo para implementar o Programa de Mobilidade Científica do Brasil, um programa de um ano para que brasileiros estudem nos Estados Unidos. A iniciativa faz parte de uma iniciativa governamental brasileira mais

ampla de dar a 100 mil estudantes universitários brasileiros a oportunidade de estudar no exterior e de aumentar a cooperação internacional em ciência e tecnologia, oferecendo bolsas de estudo e estágios de verão.³⁴

ESTUDO DE CASO

Proyecto 100.000 e 100.000 Strong in the Americas (A Força de 100 mil nas Américas) são iniciativas dos governos do México e dos Estados Unidos para enviar 100 mil estudantes mexicanos aos Estados Unidos e 100 mil estudantes dos EUA ao México até 2018. Isso requer a ampla participação de instituições educacionais e centros de pesquisa, além de uma estreita coordenação entre os governos.³⁵

Essas iniciativas buscam potencializar a competitividade hemisférica, aumentar a prosperidade e proporcionar oportunidades de estudo no exterior para melhor preparar uma força de trabalho globalmente consciente e culturalmente competente.³⁶

25. Promover a implementação de parcerias público-privadas para a educação técnica e profissional, bem como o ensino de idiomas estrangeiros, a fim de criar uma força de trabalho maior e com mais qualificações e mobilidade, que atenda à demanda de habilidades do setor privado e às necessidades das comunidades locais.

ESTUDO DE CASO

A Uruguai XXI, agência nacional de promoção de exportações e investimentos do Uruguai, em colaboração com o setor privado e instituições de ensino, implementou um programa intitulado *Finishing Schools*, para ensinar habilidades técnicas e interpessoais, em resposta às demandas em rápida mutação do mercado mundial. Os *Finishing Schools* reforçam as capacidades da força de trabalho disponível, complementando a educação formal por meio de programas sem titulação em Tecnologia da Informação, Logística, Terceirização de Processos Empresariais, *Call Centers* e Farmácia.³⁷

Contexto

IV. Maximizar o potencial da energia e dos recursos naturais da região

Energia e recursos naturais são o coração da economia na América Latina e no Caribe. Cada período de apogeu econômico na história da América Latina está associado a fortes investimentos em suas indústrias extrativas. Em 2010, um terço de todo o investimento global em mineração ocorreu na América Latina. Em uma região tão privilegiada como essa, ainda há um potencial inexplorado. Mais de 75% do investimento em mineração flui para projetos no Chile, no Peru e no Brasil, apenas. Isso faz com que recursos vastos e competitivos em termos de custos permaneçam subutilizados em outros países da América Latina.

A. A estabilidade de políticas estimulará o investimento em indústrias extrativas

Investidores estrangeiros e nacionais nas indústrias extrativas da América Latina enfrentam desafios que ajudam a explicar o potencial inexplorado do setor. A formulação de políticas coerentes e sustentáveis que abordem esses desafios revitalizaria significativamente o investimento em recursos naturais na América Latina e garantiria o impacto positivo do setor em nossas sociedades em geral. Ao elaborar projetos de grande envergadura nas áreas de infraestrutura e energia, as empresas devem garantir o cumprimento da legislação nacional aplicável. Em caso de consultas à comunidade, a viabilidade do instrumento é reconhecida como um mecanismo para fortalecer a interação e a cooperação entre empresas, Estado e comunidades locais. No entanto, é preciso que haja um instrumento que dê segurança jurídica aos investimentos, cumprindo o espírito da Convenção 169 da OIT e garantindo respeito ao direito de propriedade e liberdade da indústria, criando, ao mesmo tempo, condições para um diálogo transparente e produtivo com interlocutores legítimos.

Para gerar um clima de investimento que contribua para a exploração do potencial dos recursos naturais da região, os governos devem assumir os seguintes compromissos:

26. Estimular o investimento em recursos naturais por meio de esquemas de distribuição de renda para o setor, que assegurem que governos e empresas compartilhem os riscos e as recompensas da atividade.

27. Assegurar estabilidade e aumentar a confiança de investidores em projetos de mineração e energia, desenvolvendo instituições e regimes jurídicos protegidos contra mudanças na liderança política e garantindo o cumprimento claro e consistente das legislações ambientais e trabalhistas aplicáveis e dos mecanismos de consulta prévia.

ESTUDO DE CASO

No Peru, os investidores podem firmar acordos de "estabilidade" da lei fiscal por um período de 10 ou 15 anos, que oferecem garantias de um regime fiscal acordado para proteger os investidores dos efeitos de mudanças na liderança política.^{38,39}

28. Promover uma transferência transparente e justa de *royalties* às comunidades locais, para que apoiem e se beneficiem do investimento em recursos naturais.

ESTUDO DE CASO

Por meio de um programa intitulado "work for taxes" (trabalhar para os impostos), na região de Arequipa, Peru, a empresa de mineração Cerro Verde desenvolveu um reservatório de água portátil que abastece 500 mil pessoas, com um investimento de mais de US\$ 90 milhões.⁴⁰

B. Desenvolver nossos recursos abundantes e fornecê-los de forma eficaz aos consumidores

Os Estados Unidos, Canadá e Venezuela desfrutam de enormes reservas de petróleo e gás. Outros grandes produtores de petróleo e gás são México, Colômbia, Equador, Peru e Brasil. A região também é rica em oportunidades para energia hidráulica, solar, eólica e geotérmica. Apesar dessa abundância de recursos naturais na região, alguns países — especialmente na América Central e no Caribe — enfrentam déficits energéticos decorrentes de falta de infraestrutura, dificuldades de financiamento, economias de escala insuficientes e falta de integração entre as economias. Como resultado, esses países dependem do petróleo, aumentando a pegada de carbono da região. Por exemplo, os governos da região deveriam usar tecnologia para promover a eficiência energética, especialmente trabalhando com o setor privado para promover investimentos voltados para a inovação que reduzam perdas e aumentem a eficiência das redes da região.

O desenvolvimento do xisto e as energias renováveis também contribuirão significativamente para a prosperidade econômica e a sustentabilidade ambiental da região, que tem reservas potencialmente vastas de gás natural. Além dos Estados Unidos e do Canadá, Argentina, Brasil e México estão entre os 10 primeiros países do mundo com recursos de xisto recuperáveis e, em conjunto, respondem por aproximadamente 40% do fornecimento mundial total.⁴¹

De acordo com o BID, as fontes de energia solar, geotérmica, das ondas, eólica e de biomassa na América Latina e no Caribe poderiam produzir até 80 petawatts — hora de eletricidade — 22 vezes as necessidades de eletricidade da região projetadas para 2050 —, sugerindo que as energias renováveis podem ser um elemento importante de uma mescla diversificada das fontes de energia da região.⁴²

Para assegurar o desenvolvimento dos nossos recursos abundantes de forma ambientalmente segura e rentável e fornecê-los de maneira eficiente aos consumidores em toda a região para aumentar a competitividade e melhorar o bem-estar, os líderes da Cúpula das Américas devem considerar as seguintes recomendações:

29. Enfrentar os desafios energéticos da região, com especial atenção às necessidades de mercados menores, tais como os da América Central e do Caribe, implementando medidas para a adoção de fontes de energia renováveis e eficiência energética e trabalhando com o setor privado para desenvolver rapidamente uma abordagem coerente para aumentar o uso de gás e reduzir a dependência atual do petróleo.

24. Desenvolver uma plataforma regional que assegure a contribuição ativa do setor privado na execução de projetos de integração energética regional desenvolvidos no marco de iniciativas públicas regionais, tal como o Sistema de Interconexão Elétrica da América Central.

ESTUDO DE CASO

Segundo estudos do Banco Mundial e do BID, a integração da energia na América Latina, especialmente na América Central e no Caribe, poderia resultar em uma série de benefícios econômicos e ambientais. O custo da eletricidade na América Central e no Caribe atualmente é de US\$ 150 por megawatt-hora, em comparação com US\$ 50 em sistemas semelhantes.⁴³ Sistemas energéticos regionalmente integrados poderiam reduzir os custos de geração e os custos para o consumidor a partir de economias de escala e aumentar a concorrência no mercado.⁴⁴ Um sistema energético regionalmente integrado também poderia resultar em uma porcentagem maior de energia hidrelétrica e uma menor porcentagem de óleo combustível, tornando a região menos intensiva em carbono.⁴⁵

Considerações Finais

Reiteramos que o nosso objetivo com o Diálogo Empresarial das Américas é estabelecer uma parceria sustentada com os governos da região, em apoio ao desenvolvimento econômico e social da região. Para tanto, propomos trabalhar em estreita colaboração com os governos nos níveis ministeriais e inferiores, para analisar nossas recomendações e desenvolver estratégias de implementação, conforme voltamos o olhar para a Cúpula das Américas em 2018. Em particular, receberíamos de bom grado uma série de mecanismos de consulta permanente em cada uma das áreas enumeradas em nossas recomendações, para garantir que a região se torne e continue a ser um competidor global, e ofereceríamos nossos conhecimentos, nossa experiência e nossos recursos em apoio a esses objetivos compartilhados. Juntos, podemos construir um hemisfério próspero, equitativo e inclusivo para todos os nossos povos.

Constituição e Processo do Diálogo Empresarial das Américas

O Diálogo Empresarial das Américas é uma iniciativa impulsionada pelo setor privado e facilitada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o fim de promover um diálogo político de alto nível entre líderes empresariais e governamentais sobre as prioridades, as oportunidades e os desafios da região para o desenvolvimento econômico e social.

O Diálogo Empresarial das Américas (ABD, na sigla em inglês) foi criado como resultado da I Cúpula Empresarial das Américas, realizada em Cartagena das Índias, na Colômbia, em abril de 2012. O BID, junto com o Governo da Colômbia e o setor privado colombiano - representado pela Associação Nacional de Empresários da Colômbia (ANDI) organizou essa I Cúpula Empresarial das Américas, um fórum de negócios de alto nível realizado paralelamente à VI Cúpula das Américas, em que líderes empresariais do hemisfério discutiram oportunidades atuais e futuras para o comércio e o investimento na América Latina e no Caribe.

A I Cúpula Empresarial das Américas foi um marco no diálogo público-privado da região: o evento reuniu 13 Chefes de Estado e mais de 700 altos executivos de empresas líderes de todo o continente americano.⁴⁶ O que emergiu dessa experiência exitosa foi a necessidade de estabelecer um mecanismo para que os líderes da comunidade empresarial construam consenso e propostas inovadoras, a fim de promover um diálogo dinâmico, sustentado e construtivo com o setor público, em apoio à agenda de desenvolvimento econômico e social da região.

Como resultado da Cúpula Empresarial de Cartagena, o Governo da Colômbia solicitou ao BID que facilitasse a criação de um mecanismo permanente de diálogo público-privado de alto nível, envolvendo líderes empresariais e governamentais da região. Com base nessa solicitação, o BID prestou assistência técnica na organização de reuniões e oficinas do setor privado para apresentar a iniciativa, identificar temas prioritários e construir consenso em torno de recomendações e propostas específicas.⁴⁷

O Diálogo Empresarial das Américas criou uma série de Grupos de Trabalho com foco em temas-chave para o setor privado e o desenvolvimento da região, incluindo: Energia; Infraestrutura, Logística e Conectividade; Facilitação do Comércio; Finanças; Cooperação Regulatória; Capital Humano e Inovação; Integração Global e Regional; e Recursos Naturais. Esses Grupos de Trabalho elaboraram várias minutas de documentos, que subsidiaram a elaboração deste relatório. Essas minutas podem ser encontradas em www.americasbd.org.

As recomendações e propostas contidas neste relatório refletem um consenso baseado nas ideias, nos debates e nas contribuições de uma vasta rede de empresas líderes, associações empresariais e organizações do setor privado de toda a região. Até o momento, mais de 60 associações empresariais de 30 países das Américas contribuíram para o processo do Diálogo Empresarial das Américas, e altos executivos de mais de 65 empresas participaram de suas reuniões de trabalho (ver Anexo 1). Com o objetivo de construir pontes com o setor público, algumas das ideias preliminares apresentadas neste relatório foram discutidas e compartilhadas com os governos da região no VIII Foro de Competitividade das Américas, realizado em Port of Spain, Trinidad e Tobago, em outubro de 2014. O Diálogo Empresarial das Américas também apresentou uma versão preliminar deste relatório ao Governo do Panamá, no contexto da conferência Futuro das Américas realizada em Miami em dezembro de 2014, para celebrar o 20º aniversário da I Cúpula das Américas. O relatório ofereceu ideias e propostas específicas da comunidade empresarial para identificar mandatos para a ação, a serem adotados com base nos procedimentos propostos pelo país anfitrião na VII Cúpula das Américas: *Prosperidade com Equidade: O Desafio da Cooperação nas Américas*. Com esse mesmo fim, o relatório foi apresentado a todos os governos da região representados no Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), em janeiro de 2015.

Além disso, com o objetivo de continuar fomentando um diálogo público-privado significativo para a região e fortalecer a colaboração entre o setor privado e o setor público, as recomendações de políticas e as propostas de parcerias público-privadas apresentadas pelo Diálogo permearam os debates da II Cúpula Empresarial das Américas: *Unindo as Américas: Integração Produtiva para o Desenvolvimento Inclusivo*, realizada na Cidade do Panamá, de 8 a 10 de abril de 2015, e que reuniu mais de 850 diretores-presidentes das empresas mais importantes da região e 12 Chefes de Estado. As recomendações do Diálogo Empresarial das Américas foram objeto de um intercâmbio enriquecedor entre Chefes de Estado e representantes do setor privado no painel de encerramento da Cúpula moderado pelo Presidente do BID, Luis Alberto Moreno, e contou com as intervenções do Presidente da República do Panamá, Juan Carlos Varela; da Presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff; do Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama; e do Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Enrique Peña Nieto.

Desde a II Cúpula Empresarial das Américas - e com vistas a fortalecer a iniciativa rumo à VIII Cúpula das Américas, que será realizada no Peru em 2018 -, o Diálogo tem fomentado - junto com os governos da região - uma série de iniciativas para promover a implementação de suas recomendações. Essas iniciativas contaram com a participação de outras empresas e associações do setor privado da região, o que permitiu dar continuidade à consolidação do Diálogo Empresarial das Américas (ver Anexo II).

A Rede do Diálogo Empresarial das Américas espera dar prosseguimento a esse diálogo com os governos, com o objetivo de desenvolver uma verdadeira parceria público-privada para o desenvolvimento econômico e social da região.

 Siga-nos no Twitter @AmericasBD

Para mais informação, visite-nos em www.americasbd.org

Anexo I

Associações Empresariais

Unión Industrial Argentina (Argentina)
La Cámara de Comercio y la Confederación de Empleadores de Bahamas (Bahamas)
Confederación Nacional de la Industria (Brasil)
Cámara de Industria, Comercio, Servicios y Turismo de Santa Cruz (Bolivia)
Confederación de Empresarios Privados de Bolivia (Bolivia)
Cámara de Comercio e Industria de Barbados (Barbados)
Asociación del Sector Privado de Barbados (Barbados)
Cámara de Comercio e Industria de Belice (Belice)
Consejo Canadiense para las Américas (Canadá)
Confederación de la Producción y del Comercio (Chile)
Asociación Nacional de Empresarios de Colombia (Colombia)
Unión Costarricense de Cámaras y Asociaciones de la Empresa Privada (Costa Rica)
Cámara de Industrias y Producción (Ecuador)
Cámara de Comercio e Industria de El Salvador (El Salvador)
Cámara de Industria y Comercio de Granada (Granada)
Comité Coordinador de Asociaciones Agrícolas, Comerciales, Industriales y Financieras (Guatemala)
Consejo Hondureño de la Empresa Privada (Honduras)
Federación de Cámaras de Comercio e Industrias de Honduras (Honduras)
Cámara de Comercio e Industrias de Cortés (Honduras)
Cámara de Comercio e Industria de Haití (Haiti)
Asociación Nacional de la Empresa Privada (El Salvador)
La Organización del Sector Privado de Jamaica (Jamaica)
Cámara de Comercio de Jamaica (Jamaica)
Consejo Coordinador Empresarial (México)
Consejo Superior de la Empresa Privada (Nicaragua)
Cámara de Comercio, Industrias y Agricultura de Panamá (Panamá)
Asociación Panameña de Ejecutivos de Empresa (Panamá)
Consejo Nacional de la Empresa Privada (Panamá)
Federación de la Producción, la Industria y el Comercio (Paraguay)
Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas (Perú)
Consejo Nacional de la Empresa Privada (República Dominicana)
Cámara de Industria y Comercio de San Vicente y las Granadinas (San Vicente y las Granadinas)
Asociación de la Industria y el Comercio de Suriname (Suriname)
Asociación de Fabricantes de Trinidad y Tobago (Trinidad y Tobago)
Cámara de Industria y Comercio de Trinidad y Tobago (Trinidad y Tobago)
Coalición de Industrias de Servicios de Trinidad y

Tobago (Trinidad y Tobago)
La Cámara de Energía de Trinidad y Tobago (Trinidad y Tobago)
Cámara Nacional de Comercio y Servicios del Uruguay (Uruguay)
Cámara de Comercio de EE. UU. (EE. UU.)
Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción (Venezuela)
Asociación Latinoamericana de Exportadores de Servicios
Asociación de Cámaras de Comercio Americanas en Latinoamérica
Asociación Caribeña de Industria y Comercio
Caribbean-Central American Action
Consejo Empresarial de América Latina
Council of the Americas

As seguintes associações também contribuíram para os documentos quadros dos Grupos de Trabalho ABD:

Cámara de Exportadores de la República Argentina
Asociación de Bancos Privados de Capital Argentino
Asociación Argentina de Carreteras
Cámara Argentina de la Construcción
Cámara Empresaria de Operadores Logísticos (Argentina)
Federación Argentina de Entidades Empresarias del Autotransporte de Cargas
Asociación Brasileña de Distribuidores de Energía Eléctrica
Cámara Brasileña de Logística e Infraestructura
Asociación Chilena de Energías Renovables
Asociación de Exportadores de Frutas de Chile
Asociación Nacional de Empresas Generadoras (Colombia)
Cámara Colombiana de la Energía
Asociación Nacional de Comercio Exterior (Colombia)
Asociación Bancaria y de Entidades Financieras de Colombia
Asociación Nacional de Instituciones Financieras (Colombia)
Federación Colombiana de Logística
Consejo Empresarial Logístico (Panamá)
Sociedad Nacional de Minería, Petróleo y Energía (Perú)
Asociación de Exportadores del Perú
Asociación de Bancos del Perú

Empresas

21st Century Fox
ABCO Global
AES Corporation
ASSA Insurance Company
Associated Petroleum Investors
Atma
Banco Davivienda
Bancolombia

Bank of America
BlackBerry
Café Britt
Cargill
Caterpillar
Citi
CNH Industrial
Coca-Cola
Copa Holdings
Credicorp
Dell
Dow Chemical
Experian
Falconi
Ferreyros
General Electric
Global Bank
Grupo Aval
Grupo Bisa
Grupo Isa
Grupo Punta Cana
Grupo Silanes
Grupo Sola
Grupo Sura
Google
InterEnergy
JP Morgan Chase
Lady Lee
Los Grobo
Maersk
Marfrig
McGraw Hill Financial
McLarty & Associates
Metlife
Organización Ardila Lulle
Panama Stock Market
Pepsico
Philips
Procter & Gamble
Reed Elsevier
Salog
Scotiabank
Sociedad Portuaria de Cartagena
Standard & Poor's
Stefanini IT Solutions
Trinidad Systems
UBS
United Parcel Service
Verde Azul

Anexo II

Associações Empresariais

AmCham Argentina
Asociación de Fábricas de Automotores (Argentina)
Asociación de Transportistas Argentinos de Carga Internacional (ATACI)
Cámara Argentina de Prestadores de Servicios Internacionales Aeroexpresos (CAPSIA)
Cámara de Informática y Comunicaciones de la República Argentina (CICOMRA)
Asociación Salvadoreña de Industriales (El Salvador)
Comité Empresarial Ecuatoriano (Ecuador)
Consejo Empresarial Mexicano de Comercio Exterior, Inversión y Tecnología (COMCE)
Asociación de Industriales Latinoamericanos (AILA)
Empresa Propietaria de la Red
Federación de Asociaciones Nacionales de Agentes de Carga y Operadores Logísticos Internacionales de América Latina y el Caribe (ALACAT)
Federación de Cámaras y Asociaciones Industriales de Centroamérica y Rep. Dominicana (FECAICA)
Federación de Entidades Privadas de Centroamérica, Panamá y República Dominicana (FEDEPRICAP)
Caribbean Export Development Agency
Global Alliance for Trade Facilitation
Global Express Association

Empresas

3M
ABB Group
American Sugar Refinery Group
APR Energy
Associated Brands Industries Limited
Bahamas Electricity
Banque Nationale du Canada
Blue Mountain Renewables
BMW Group Latin America and the Caribbean
Boundary Stone Partners
BRF
Caribbean Led Lighting Inc
Cheniere
Chevron Africa and Latin America Exploration and Production Company
Consorcio Nobis
CT Strategies
DELSUR
Dentons LLP
DHL Express Americas

Ecodit
Empresa de Transmisión Eléctrica, S.A.
Empresas Públicas de Medellín (EPM)
Enel
Energía del Caribe
Energía del Pacífico
Estudio Carlos Lecueder
Excelerate
FedEx
Fortress
Gas Natural Fenosa
Goldwin Strategies
Grupo Falabella
Grupo Vicini
Hecate Energy
IBM Corporation
IC Power
INICIA
Intel Corporation
Interconexión Eléctrica S.A. (ISA)
Invenergy
Jamaica Public Service Company
Kio Networks
Latin American Partners
Manchester Trade
Manuel Sanmartin SAIC
Mercado Libre
Mexichem
Microsoft
Minera San Cristobal
Mullikin Law Firm
Nathan Associates
NiQuan Energy
Nissan Mexicana
Nokia
Panama Power Holdings, Inc.
Portland Private Equity
PSA Peugeot Citroën
Renault
Scania
Shell
Siemens
Sociedad de Fomento Fabril
Solar Dynamics
SolarCity
Synopsys Chile R&D Center
Telefonica
Tesla Motors
The Digit Group
The TSL Group
Thermal Energy Partners
TNT

Tokai Ventures
Transportes Universales SA (TUSA)
Walmart
Xignux

Notas de Rodapé

- 1 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Investimento em Infraestrutura na América Latina e no Caribe; http://www.cepal.org/sites/default/files/infographic/files/infraestructura_espanol.pdf
- 2 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Lacuna de infraestrutura na América Latina e no Caribe; http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6357/5110095_es.pdf?sequence=1
- 3 Banco Interamericano de Desenvolvimento, Longe Demais para Exportar: Custos de Transporte Nacional e Disparidades Regionais de Exportação na América Latina e no Caribe, 2013; <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/3664/Too%20far%20to%20export%20SPA%2010-20-13finalweb%5b1%5d.pdf?sequence=2>
- 4 B20 na Austrália. Resumo da Política da Força-Tarefa de Infraestrutura e Investimento do B20, <http://www.b20australia.info/Latest%20Documents/B20%20Infrastructure%20and%20Investment%20Taskforce%20Report.pdf>; visitada el 19/03/2015
- 5 Banco Mundial, Melhores Práticas no Financiamento de PPP na América Latina, 2011
- 6 Banco Mundial, Boas Práticas no Financiamento de Parcerias Público-Privadas na América Latina: o papel das garantias, 2012
- 7 Foro Econômico Mundial, Enabling Trade: Valuing Growth Opportunities [Facilitação do Comércio: Valorização de Oportunidades de Crescimento], 2013, p.14
- 8 Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fábricas Sincronizadas; <http://www.fabricas-sincronizadas.com/>
- 9 Organização Mundial do Comércio, Relatório Mundial do Comércio; https://www.wto.org/english/res_e/books_e/anrep_e/world_trade_report11_e.pdf, visitada el 19/03/2015
- 10 OCDE, Indicadores da Facilitação do Comércio, 2014; http://www.oecd.org/tad/facilitation/OECD_Trade_Facilitation_Indicators_updated-flyer_October_2014.pdf
- 11 Foro Econômico Mundial, Relatório Global de Facilitação do Comércio, 2014; http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalEnablingTrade_Report_2014.pdf
- 12 BID; <http://www.iadb.org/es/temas/comercio/mexico-y-corea-del-sur-firman-acuerdo-de-reconocimiento-mutuo,9736.html>
- 13 Pacto Global das Nações Unidas -Accenture - Estudo Visão Executiva sobre Sustentabilidade 2013
- 14 Foro Econômico Mundial, Enabling Trade: Enabling Smart Borders [Facilitação do Comércio: Viabilização de Fronteiras Inteligentes], 2014
- 15 Banco Interamericano de Desenvolvimento, Longe Demais para Exportar: Custos de Transporte Nacional e Disparidades Regionais de Exportação na América Latina e no Caribe, 2013; <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/3664/Too%20far%20to%20export%20SPA%2010-20-13finalweb%5b1%5d.pdf?sequence=2>
- 16 Estatísticas da UNCTAD, 2014; <http://unctad.org/es/paginas/statistics.aspx>
- 17 Estatísticas da UNCTAD, 2014; <http://unctad.org/es/paginas/statistics.aspx>
- 18 Banco Interamericano de Desenvolvimento; <http://www.iadb.org/es/temas/comercio/el-bid-lanza-servicios-globales-de-la-estrategia-de-promocion-de-exportaciones-en-trinidad-y-tobago,7009.html>
- 19 Cartão de Viagens de Negócios ABTC, <http://www.iadb.org/es/temas/comercio/el-bid-lanza-servicios-globales-de-la-estrategia-de-promocion-de-exportaciones-en-trinidad-y-tobago,7009.html>; visitada el 23/11/16
- 20 BID, "Mila: Strengthening Financial Integration" [Fortalecimento da Integração Financeira]; <http://www.iadb.org/es/temas/comercio/mila-fortaleciendo-la-integracion-financiera,6839.html>
- 21 Economist Intelligence Unit, "Microscópio Global 2014: O Ambiente Favorável à Inclusão Financeira", 2014
- 22 Evidência e Lições da América Latina, Modelo da Caixa Municipal de Microfinanças do Peru, 2013
- 23 Alianza Better Than Cash Alliance, "Towards a Stronger Digital Financial Ecosystem in Peru" [Rumo a um Ecossistema Financeiro Digital mais Forte no Peru], 2014 <http://betterthancash.org/toward-a-stronger-digital-financial-ecosystem-in-peru-2/>
- 24 Banco Mundial, "Draft: Evidence-Based Financial Inclusion Policy – the example of Mexico" [Minuta: Política de Inclusão Financeira Baseada em Evidência – o exemplo do México] <http://siteresources.worldbank.org/EXTFINANCIALSECTOR/282884-1339624653091/8703882-1339624678024/8703850-1368556147234/Mexico-Financial-Inclusion-Policy-DRAFT.pdf>
- 25 Banco Asiático de Desenvolvimento, "Iniciativa para a Capacitação de Autoridades Reguladoras Financeiras da APEC" <http://apecftri.iadb.org>
- 26 "Age of Productivity" [A Era da Produtividade], BID, 2010; <http://www.iadb.org/es/investigacion-y-datos/desarrollo-en-las-americas-publicacion-insignia-del-bid,3185.html?id=2010>
- 27 OCDE, "Start-Up Latin America [Start-ups na América Latina: Promovendo a Inovação na Região], 2013; http://www.oecd-ilibrary.org/industry-and-services/startup-america-latina_9789264202320-es
- 28 Banco Mundial, "Research and development expenditure (% of GDP)" [Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (% do PIB)] <http://data.worldbank.org/indicator/GB.XPD.RSDV.GD.ZS>
- 29 iLibrary OCDE, "OECD Factbook 2013: Expenditure on R&D" [Guia da OCDE 2013: Gasto em Pesquisa e Desenvolvimento] <http://www.oecd-ilibrary.org/sites/factbook-2013-en/08/01/01/index.html?itemld=/content/chapter/factbook-2013-60-en>
- 30 Câmara de Comércio dos EUA, "Negócios sem Fronteiras: A importância das Transferências Transfronteiriças de Dados para a Prosperidade Global", 2014
- 31 InfoDev, "A incubação Empresarial na América Latina e no Caribe", 2008; http://www.infodev.org/infodev-files/resource/InfodevDocuments_329.pdf
- 32 Associação Nacional de Incubação Empresarial, "Impacto da Incubação Empresarial nos EUA – Lições para os Países em Desenvolvimento", 2009; http://www.infodev.org/infodev-files/resource/InfodevDocuments_896.pdf
- 33 Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo: "Partnership for Technological Innovation" [Parceria para a Inovação Tecnológica] <http://www.fapesp.br/en/300>
- 34 Instituto de Educação Internacional, "Brazil Scientific Mobility Program" [Programa de Mobilidade Científica do Brasil] <http://www.iie.org/Programs/Brazil-Scientific-Mobility>
- 35 Secretaria de Relações Exteriores, "Towards a Region of Knowledge" [Rumo a uma Região de Conhecimento] <http://www.iie.org/Programs/Brazil-Scientific-Mobility>
- 36 A Força de 100.000 nas Américas, <http://www.100strongamericas.org/>
- 37 BID, "Best Practices in Finishing School Programs for the Global Services Industry" [Melhores Práticas nos Programas Finishing School para a Indústria de Serviços Globais], 2014 <http://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6504/Best%20Practices%20in%20Finishing%20School%20Programs%20for%20the%20Global%20Services%20Industry.pdf?sequence=1>; último acesso el 19/03/2015
- 38 Agência de Promoção do Investimento Privado do Peru, "Legal Stability Agreement" [Acordo de Estabilidade Jurídica] <http://www.investinperu.pe/modulos/JER/PlantillaStandard.aspx?are=1&prf=0&jer=5933&sec=39>; último acesso el 19/03/2015
- 39 Banco Mundial, "Mining Agreements: Peruvian Experience" [Acordos de Mineração: A Experiência Peruana], 2009 http://siteresources.worldbank.org/EXTOGMC/Resources/336929-1237387264558/5930373-1237390387553/polo_mining_agreements_peru.pdf
- 40 Banco Mundial: "Making Mining Deliver on Development in Latin America" [Fazendo com que a Mineração Contribua para o Desenvolvimento da América Latina], 2014; <http://www.bancomundial.org/es/news/feature/2014/03/13/making-mining-revenues-deliver-on-development-in-latin-america>
- 41 Americas Society / Energy Action Group do Conselho das Américas, "Documento de Trabalho: Desenvolvimento do Gás de Xisto na América Latina", 2014
- 42 BID, "Latin America and the Caribbean could cover all of their electricity needs using renewable resources" [América Latina e Caribe poderiam cobrir todas as suas necessidades de eletricidade com recursos renováveis], 2013; <http://www.iadb.org/es/noticias/articulos/2013-06-18/energia-renovable-de-america-latina-y-el-caribe,10486.html>
- 43 BID, "Energy Integration in Latin America" [Integração Energética na América Latina], 2013; <http://www.iadb.org/es/noticias/articulos/2013-06-25/integracion-energetica-de-centroamerica,10494.html>
- 44 Diálogo Interamericano, "Grupo de política energética: Futuro da Energia de América Latina", 2012
- 45 Programa de Assistência para a Gestão do Setor de Energia, "Satisfazendo o Equilíbrio de Oferta / Demanda de Eletricidade na América Latina e no Caribe", 2010
- 46 Os seguintes Chefes de Estado e de Governo participaram da I Cúpula Empresarial: Barack Obama (Estados Unidos); Dilma Rousseff (Brasil); Felipe Calderón (México); Stephen Harper (Canadá); Juan Manuel Santos (Colômbia); Sebastián Piñera (Chile); Ollanta Humala (Peru); Kamla Persad-Bissessar (Trinidad e Tobago); Portia Simpson-Miller (Jamaica); Ricardo Martinelli (Panamá); Laura Chinchilla (Costa Rica); Mauricio Funes (El Salvador); e Otto Pérez Molina (Guatemala). Los Grobo, IMPSA, Bidas, Techint (Argentina), Stefanini IT Solutions, Synergy (Brasil), Barrick Gold, Bombardier, Scotiabank (Canadá), Codelco, Luksic, Sonda (Chile), Aval, Aridila Lulle, ISA, Argos, EPM, Corona (Colômbia), FEMSA, Televisa, Salinas, Mexichem, Bimbo, Modelo (México), Cisneros, Polar (Venezuela), Pepsico, AES Corporation, Chevron, Marriott, Walmart, Cisco Systems, Convergys, Brightstar, Ernst & Young e IMAX (Estados Unidos) são apenas algumas das empresas cujos diretores-executivos ou presidentes participaram da Cúpula.

Em 2013, o BID participou do Diálogo Hemisférico de Associações Empresariais em Lima (Peru). Também em 2013, o BID organizou um café da manhã de trabalho no contexto do Foro Empresarial Mesoamericano e uma reunião de trabalho no marco do VII Foro de Competitividade das Américas, ambos realizados na Cidade do Panamá, nos meses de março e outubro, respectivamente. Em março de 2014, o BID e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) do Brasil promoveram uma oficina na cidade de São Paulo e, em junho daquele ano, o Diálogo Empresarial das Américas foi formalmente apresentado na Cúpula Mundial da América Latina e do Caribe de 2014, também realizada em São Paulo, que contou com a participação de vários líderes empresariais de toda a região e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.





Pesquisa realizada com a
contribuição da Accenture